

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15439 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06/GT 14/GT 17/GT 18 - Movimentos Sociais, Filosofia, Sociologia, Educação Popular e EJA

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NOS TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS E EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Bruna Picanço Neves - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Eliana Barbosa Lourenço - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Débora Mate Mendes - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Agência e/ou Instituição Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NOS TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS E EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Resumo: Este estudo tem como objetivo problematizar o acesso de jovens à Educação no/do Campo em territórios Ribeirinhos e Extrativistas da Amazônia Amapaense. Para tanto, trazemos um recorte de dados de uma pesquisa mais ampla sobre a “Condição Juvenil na Amazônia: desafios e perspectivas de acesso a políticas públicas nos territórios ribeirinhos e extrativistas”. Foram analisados o perfil educacional desses sujeitos e suas percepções sobre a educação em seus territórios. Partimos de uma abordagem quanti-qualitativa tendo como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturado com uma amostra de 83 Jovens participantes. Os resultados indicam que os/as Jovens dos territórios Ribeirinhos e Extrativistas enfrentam muitos desafios para acessar e permanecer na escola e esse é um dos principais fatores para sua permanência ou não no território.

Palavras chaves: Juventude; Educação no/doCampo; Territórios Ribeirinhos e Extrativistas.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo problematizar o acesso de jovens à Educação no/do Campo em territórios Ribeirinhos e Extrativistas da Amazônia Amapaense. Para tanto, trazemos um recorte de dados de uma pesquisa mais ampla sobre a “Condição Juvenil na Amazônia: desafios e perspectivas de acesso a políticas públicas nos territórios ribeirinhos e extrativistas”. Foram analisados o perfil educacional desses sujeitos e suas percepções sobre a educação em seus territórios. Partimos de uma abordagem quanti-qualitativa tendo como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturado. O questionário é entendido por Gil (2008) como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações (p. 121).

Os dados analisados correspondem a uma amostra de 83 questionários aplicados com representação de 28 comunidades, distribuídas nos municípios de Santana, Mazagão e Laranjal do Jari. Cabe explicitar que a faixa etária dos/as jovens participantes desta pesquisa é de 15 a 26 anos.

Resultados e Discussão

Os desafios enfrentados pela juventude na Amazônia são diversos e abrangem

questões sociais, econômicas, ambientais e culturais. Alguns dos principais desafios incluem acesso limitado à educação de qualidade, que sem dúvidas é determinante para que outros direitos, como: emprego e renda, uso sustentável da terra, infraestrutura básica, saúde, transporte, além de questões relacionadas à preservação da cultura e identidade das comunidades locais sejam almejados. Enfrentar esses desafios requer um esforço conjunto de governos, organizações sociais e da própria comunidade, visando promover a melhoria da qualidade de vida dos jovens nos territórios e principalmente a garantia da terra viva e com condições para esta e as futuras gerações.

Sobre a escolaridade dos sujeitos, os dados apontam que das 83 respostas obtidas 14,5% desses/as jovens possuem o ensino fundamental Incompleto, fundamental completo são 31,3%, com ensino médio incompleto 4,8%, ensino médio completo 4,8% e com graduação 7,2%. Dois dados são chamam bastante atenção: uma percentagem significativa desses jovens e adolescentes não estão conseguindo sequer concluir o ensino fundamental e daqueles que avançam, poucos conseguem adentrar o ensino médio. Conforme a LDB, Lei n 23 o 9.394/1996 em seu artigo 32: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão”

Neste interim, segundo o que assegura a LDB, estes jovens e adolescentes não estão conseguindo avançar no percurso escolar, na primeira etapa da educação básica, o que fragiliza a continuidade para o ensino médio, bem como o acesso ao ensino superior. Visto que, conforme esta lei, aos 14 anos de idade estes estudantes deveriam concluir o ensino fundamental para estar concluindo o ensino médio com os 17 anos e prosseguir para o ensino superior.

Observando esses dados podemos nos questionar se esta realidade apresentada nos dias atuais é reflexo da perspectiva da educação rural no Brasil, que não efetiva direitos já conquistados legalmente para uma camada da população deste país que historicamente esteve a margem da construção ideológica de sociedade. Pois, conforme afirma Leite (1999),

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação políticoideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. (anônimo) (LEITE, 1999, p.14).

A superação desse processo é abordada por Caldart (2004) quando afirma que torna-se necessária a construção de um projeto de Educação do Campo e não mais a educação rural ou educação para o meio rural. ARROYO, et. al., (2008, p. 27) também destaca que: “não basta ter escolas no campo; queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político- pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.” Escolas que façam sentido para a vida dos territórios e do povo que faz a territorialidade.

As dificuldades de acesso à escola por parte dos estudantes em função dos transportes escolares para viabilizar o deslocamento dos adolescentes e jovens até a escola que são precários. Os sujeitos da pesquisa usam para o deslocamento até a escola embarcações do tipo catraio ou lanchas, que normalmente são transportes contratados pelo poder público no caso dos moradores de áreas ribeirinhas, outros vão andando e poucos usam o ônibus escolar, este último normalmente atende à demanda dos estudantes de áreas de terra firme, que se locomovem pelas estradas e ramais.

Cabe mencionar que dos estudantes que completaram o ensino médio, uma parte

significativa cursou na rede pública de ensino, nas escolas de suas comunidades e territórios, outros em Escolas Famílias Agrícolas e Agroextrativistas. Entre os/as jovens que cursaram na rede pública alguns frequentaram turmas da Educação de Jovens e Adultos e outros pelo próprio ENCEJA.

Considerações Finais

Diante das questões apresentadas podemos verificar que pela dificuldade de locomoção e escolas distantes das comunidades onde moram os estudantes e suas famílias, muitos desistem de estudar. Para esses/as jovens, as questões de acesso e permanência na escola figuram como principal fator de permanência e/ou saída do seu território, eles/as mencionam a falta de escola/ensino médio na comunidade, as longas distâncias e o tempo que demoram no transporte escolar como decisivos para construir condições objetivas de vida nestas comunidades.

Nesse sentido, os processos de escolarização, no que diz respeito aos desafios enfrentados para acesso e permanência, bem como os aspectos de continuidade e qualidade, tornam-se fatores de saída do campo de maneira similar ao que aparece em estudos como no de Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 23). Os autores afirmam que em grande parte, esse movimento de saída é resultado das condições desfavoráveis de educação.

Referencias

- ARROYO, Miguel et al. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CALDART, Roseli Salet. Por uma Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salet e MOLINA, Mônica Castagna. Por uma Educação do Campo. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2004. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas em pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Juventudes no/do campo: questões para um debate. In: Juventudes do Campo. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015. Coleção Caminhos da Educação. LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.